

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



O DIREITO e sua práxis

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



O DIREITO

e sua práxis

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito e sua práxis / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0285-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.855220108>

1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO E SUA PRÁXIS**, coletânea de trinta e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, dois grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito constitucional e direitos humanos; e estudos em direito civil e direito processual civil.

Estudos em direito constitucional e direitos humanos traz análises sobre constituição, democracia, presidencialismo de coalizão, perdão político, direitos e deveres individuais e coletivos, ativismo judicial, judicialização da saúde, liberdade de expressão, direitos da mulher, turismo reprodutivo, movimentos separatistas, direitos da criança, educação e acesso à justiça.

Em estudos em direito civil e processual civil são verificadas contribuições que versam sobre função social do contrato, responsabilidade civil, alimentos avoengos, adoção, alienação parental, multipropriedade, usucapião e arrematação judicial, arrendamento rural, demandas repetitivas e padrões decisórios.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E A SUPREMOCRACIA DO STF: UMA CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Arlisson Silva Cunha

Cibellio Max Lopes de Araújo

Delmilzete Maria da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201081>

CAPÍTULO 2..... 13

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: O USO OBRIGATÓRIO DO REFERENDO E PLEBISCITO EM CASOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Jhonatan Fernando Ferreira


Vinicius Pacheco Fluminhan

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201082>

CAPÍTULO 3..... 31

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E ORÇAMENTO PÚBLICO: JURIDICIDADE DA EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS NO TRIÊNIO 2017-2019

Ewerson Willi de Lima Pack

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201083>

CAPÍTULO 4..... 55

UMA LEITURA DECOLONIAL DO PERDÃO POLÍTICO

Daniel de Albuquerque Maranhão Ribeiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201084>

CAPÍTULO 5..... 69

CONFLITO ENTRE DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS DIANTE DO APLICATIVO DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS *WHATSAPP*

Edinei Alex Marcondes

Marilu Pohlenz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201085>


CAPÍTULO 6..... 79

ATIVISMO JUDICIAL E SEU PAPEL QUANTO A CRIAÇÃO E A REINVENÇÃO DO DIREITO

Emille Francelino da Silva

Lucas Rodrigues Rego

Martonio Ribeiro Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201086>

CAPÍTULO 7..... 92

JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE: EFETIVIDADE PRESTACIONAL DOS SERVIÇOS DE

SAÚDE

Caroline Berguetti Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201087>

CAPÍTULO 8..... 104

BREVE ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A RESPONSABILIDADE PENAL DOS MÉDICOS E OS POSSÍVEIS CRIMES EM PROCEDIMENTOS EXPERIMENTAIS SEM AUTORIZAÇÃO EM SERES HUMANOS

Israel Queiroz Carvalho de Araújo

Ivelise Fonseca de Matteu


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201088>

CAPÍTULO 9..... 109

A INFLUÊNCIA DA ESCOLA DA LIVRE CRIAÇÃO DO DIREITO E DA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Gabriel de Souza Melhor Pereira

Ícaro de Souza Duarte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8552201089>

CAPÍTULO 10..... 124

DIREITO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA VISÃO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: ANÁLISES CASUÍSTICAS

Daniilo Lopes de Mesquita

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010810>

CAPÍTULO 11..... 138

DO SILÊNCIO DAS MULHERES NA HISTÓRIA A CONQUISTA DE VOZ DA MULHER BRASILEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Isabela Fernanda dos Santos Andrade Amaral


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010811>

CAPÍTULO 12..... 154

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E DIREITOS HUMANOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Louize Helena Meyer França

Rosimeire Martins Régis dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010812>

CAPÍTULO 13..... 167


TURISMO REPRODUTIVO: O VÁCUO NORMATIVO INTERNACIONAL SOBRE OS CUIDADOS REPRODUTIVOS TRANSFRONTEIRIÇOS E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DE MULHERES

Semille Hussein Kassab Nogueira Souza

Luciane da Costa Moás

Érica de Aquino Paes

Ely Caetano Xavier Junior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010813>

CAPÍTULO 14..... 181

MOVIMENTOS SEPARATISTAS E A CONSTITUIÇÃO: "UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO NO BRASIL, SOB O OLHAR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"

Genisson Moacir Santos Bezerra Junior

George Andrade do Nascimento Jr

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010814>


CAPÍTULO 15..... 198

O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA

Fabiola de Sousa Freitas

Josilene Felismina de Souza e Silva Campos

Demilzete Maria da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010815>

CAPÍTULO 16..... 207

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E TRAJETÓRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

Elizabeth Rodrigues de Souza

Robson Alves Holanda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010816>

CAPÍTULO 17..... 221

O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA E NA EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

Adriana Lima Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010817>


CAPÍTULO 18..... 239

O ACESSO À JUSTIÇA DO HIPOSSUFICIENTE - ASSISTÊNCIA JURÍDICA DIREITO FUNDAMENTAL

Carla Eduarda Pereira Lacerda

Daiana de Paula Silva

Demizete Maria da Silva







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010818>

CAPÍTULO 19..... 252


FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E SEUS REFLEXOS

Tatiane Guedes Cavallo Baptista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010819>

CAPÍTULO 20.....	263
RESPONSABILIDADE CIVIL: OS LIMITES DO ENTRETENIMENTO	
Fernanda Frutuoso	
Hillary Vitoria Brasil Gomes	
Maria Fernanda Andrade Queiroz	
Robson Parente Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010820	
CAPÍTULO 21.....	274
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	
Jaine Rêgo da Silva	
Luana Marques de Oliveira	
Kelys Barbosa da Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010821	
CAPÍTULO 22.....	286
RESPONSABILIDADE CIVIL: DO ADVOGADO NO DIA A DIA DA ADVOCACIA	
Julianny Souza Abadia	
Milena Alves Pimenta Machado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010822	
CAPÍTULO 23.....	298
EXECUÇÃO DE ALIMENTOS AVOENGOS: PRISÃO E PENHORA	
Caroline Cristina Vissotho Oliveira	
Clara Carolina Roma Santoro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010823	
CAPÍTULO 24.....	306
POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: CONSAGRAÇÃO DO AMOR COMO LEI SOCIAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	
Paulo Renato Gustavo de Souza	
Wilson Fernandes Maia	
Martônio Ribeiro Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010824	
CAPÍTULO 25.....	317
O PROCESSO DE SEPARAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA ALIENAÇÃO PARENTAL	
Letícia Costa de Oliveira	
Letícia Staroski Machado	
Neyton Izonel Svarcz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010825	
CAPÍTULO 26.....	334
IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS INDENIZATÓRIOS À LUZ DA ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Sóstenis Teixeira de Oliveira	

Cleonizar Gomes Oliveira
Milena Alves Pimenta Machado


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010826>

CAPÍTULO 27..... 346

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO DE MULTIPROPRIEDADE

Chiara Roseira Leonardi

Janaina Bueno Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010827>


CAPÍTULO 28..... 355

EM CASO DE EXISTÊNCIA CONCOMITANTE DE USUCAPIÃO E ARREMATÇÃO JUDICIAL SOBRE UM MESMO BEM IMÓVEL QUAL DEVE PREVALECER? UMA ANÁLISE ACERCA DE TAIS FORMAS DE AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE IMÓVEL

Emmily Valadares Cabral

Wendylla Ludmila de Sousa Coutinho Ferreira

Kelys Barbosa da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010828>

CAPÍTULO 29..... 370

EMBARGOS DE TERCEIRO E O PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE: GARANTIAS PARA O CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL

Domingos Benedetti Rodrigues

Luiz Henrique Somavilla

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010829>

CAPÍTULO 30..... 396

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR

Isabele Maria Freire de Oliveira

Izaura Maria Rodrigues de Sousa Vale


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010830>

CAPÍTULO 31..... 415

PADRÕES DECISÓRIOS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Amilcar Cordeiro Teixeira Filho

William Soares Pugliese

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85522010831>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 437

ÍNDICE REMISSIVO..... 438

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E DIREITOS HUMANOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Data de aceite: 04/07/2022

Louize Helena Meyer França

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande, MS

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3935325092104206>

Rosimeire Martins Régis dos Santos

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande, MS

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5744-4778>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0525681433425154>

RESUMO: Este artigo consiste em uma análise qualitativa e quantitativa da revisão bibliográfica de artigos desenvolvidos no período de janeiro de 2007 a junho de 2017 e publicados no site da biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiro, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Focando nas principais partes de um artigo, no qual constituem o título, seu conteúdo, palavras-chave e autores, o objetivo foi analisar a contribuição nos últimos anos no que tange o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao ensino de direitos humanos, com recorte nos direitos das mulheres como objeto de estudo no ensino superior. O levantamento de artigos foi feito através da entrada na pesquisa utilizando-se os seguintes descritores: “Ensino Superior e Mulheres”; “Educação e Mulheres”; “Ensino Superior e Direitos Humanos”; e “Educação e Direitos Humanos”. A busca retornou 852 artigos e foram selecionados para análise somente aqueles que tratassem diretamente de questões envolvendo o ensino superior cujo tema

abordasse os direitos humanos e condições para o bem-estar das mulheres. Desta forma, 64 artigos foram selecionados para análise, podendo-se dividi-los em dois grandes tópicos: 1) artigos que tratam diretamente da questão das mulheres como docentes ou discentes no ensino superior e os reflexos sociais resultantes; 2) artigos que versam sobre técnicas de pedagogia no que tange o ensino em direitos humanos. A maior produção de artigos foi no ano de 2008, sendo a elaboração majoritariamente de mulheres, representando 76% das autoras em comparação aos 24% de autores homens. Os resultados apontam a necessidade de uma maior discussão sobre direitos humanos e os direitos das mulheres nos cursos de ensino superior, algo que poderia ser conquistado através de uma maior produção de artigos nesta área.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Educação em Direitos Humanos 2. Docência no Ensino Superior 3. Direitos das Mulheres 4. Revisão Bibliográfica.

TEACHING IN HIGHER EDUCATION AND HUMAN RIGHTS: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW ON HUMAN RIGHTS EDUCATION AND DEFENSE OF WOMEN'S RIGHTS

ABSTRACT: The article consists of a qualitative and quantitative analysis of a bibliographic review regarding articles developed from January 2007 to June 2017. They were all published on the electronic library of Brazilian scientific journals known as the Scientific Electronic Library Online (SciELO). The main parts of an article were aspects of the analysis: title, content, keywords, and authors. The objective of this article was to

study the development of research related to the teaching human rights in recent years. The article has focus on human rights regarding women, and the study of this thematic regarding higher education as an object. The research was done by analyzing the articles with the following descriptors: 'Higher Education and Women'; 'Education and Women'; 'Higher Education and Human Rights'; and 'Education and Human Rights'. The search displayed 852 articles, and only those that directly addressed issues involving higher education, human rights, and the conditions for the well-being of women, were selected for this analysis. Thus, 64 articles were selected, which could be divided into two major topics: 1) articles that directly address the issue of women as teachers or students in higher education and the resulting social consequences; 2) articles that deal with pedagogy techniques regarding human rights teaching. The most expressive production of articles was in 2008, with most of them written by women (representing 76% of authors compared to 24% of male authors). The results indicate the need of more discussion regarding human rights and women's rights in higher education courses, something that could be achieved through a more persistent production of articles in this area.

KEYWORDS: 1. Education in Human Rights 2. Teaching in Higher Education 3. Women's Rights 4. Bibliographic Review.

1 | INTRODUÇÃO

Debater sobre questões de gênero, discutir sobre legalidade do aborto, repudiar qualquer forma de violência contra a mulher, combater o trote nas universidades, compreender o histórico das mulheres na docência ao longo da história do Brasil ou até mesmo questionar por que alguns cursos são mais procurados por mulheres do que por homens. Este são apenas alguns dos temas que deveriam ter maior espaço no ensino superior brasileiro, pois, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Avon, em parceria com o Data Popular, 56% das universitárias do país já sofreram assédio sexual (2015).

O Estado possui um histórico negativo em relação à defesa da mulher quando se trata de violência física e moral, em face da perspectiva diuturna de que as leis eram elaboradas de homens para homens, em especial quando se considera que a mulher sem liberdade plena em relação ao seu marido. *Ad exemplum*, o Mapa da Violência de 2015 levantou que em 2013, dos 4.762 homicídios de mulheres registrados, 33,2% delas foram mortas por parceiro ou ex-parceiro.

A educação deve servir de ferramenta para reduzir a violência, mas os dados mostram que há realmente algo em nossa educação que deixa passar conceitos importantes de respeito e liberdade nas relações interpessoais. O Ensino Superior é um momento de deveras importância no que tange a sofisticação e trocas de ensino, extensão e pesquisa. Segundo Saviani (1997), o que diferencia o ser humano de outros animais é a capacidade de transformar a natureza em busca de desenvolver o próprio conhecimento. Não devemos ficar parados no tempo, pois, ao tomar consciência das injustiças sociais que ocorrem, devem-se buscar novas formas de analisar criticamente nossas estruturas e

realidades. Portanto, o principal objetivo do docente é fazer com que o discente repense a sua realidade ao aplicar a matéria, buscando formas de alcançar a cidadania ativa em suas práticas. Esse princípio deve estar envolvido com o ato de educar e é de fundamental importância que tais valores sejam elaborados e transmitidos de forma clara e explícita, como se é esperado na apresentação do planejamento da matéria ao discente. Por isso, torna-se importante a educação como ato transformador da realidade.

Este projeto pretende expor o problema da violência contra a mulher de forma a encontrar na educação uma solução. Portanto, buscará elaborar um levantamento dos artigos acadêmicos até então produzidos abordando a questão da docência no ensino superior em direitos humanos, com foco na questão dos direitos das mulheres. Desta forma, tem como objetivo específico exaltar a importância de se educar buscando transformar a realidade ainda debilitada quanto ao cumprimento dos direitos humanos.

2 | DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E DIREITOS HUMANOS

O ambiente do Ensino Superior é um importante local para o debate e reformulação da nossa sociedade. Não são poucas os instrumentos jurídicos que ditam a importância do ensino para os Direitos Humanos, desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) até as proposições nacionais recentes, como o *Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH, 2007), sendo um dos principais orientadores no que tange as políticas de Educação em Direitos Humanos no Brasil:

Promover pesquisas em nível nacional e estadual com o envolvimento de universidades públicas, comunitárias e privadas, levantando as ações de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos, de modo a estruturar um cadastro atualizado e interativo. (BRASIL, 2007, p.39).

Na pedagogia, a/o docente deve familiarizar-se com o binômio competência técnica e compromisso político, como explicado por Saviani (1996). Ao mesmo tempo em que a/o professor/a tem o dever de demonstrar maestria sobre o conteúdo teórico-prático, ela/e deve estar ciente da importância social que tem como formador de indivíduos autônomos e potenciais formadores de opiniões. Giroux (1997), consegue sintetizar esta ideia com a seguinte frase: “essencial para a categoria de intelectual transformador é a necessidade de tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico”. O que é passado em sala de aula deve ser o reflexo de realidade social, econômica e histórica no qual está inserida/o a/o discente. E é por isso que a professora e o professor devem se preocupar em esclarecer quais são as suas intenções políticas, pois o processo de ensino não pode ser considerado um processo apolítico.

Desta forma, a proposta pedagógica que deve ser seguida na área dos Direitos Humanos é a da pedagogia crítica, onde temos Adorno e Marcuse como alguns dos principais expoentes. Os estudos redigidos por Adorno (1995), são importantes por propor uma educação emancipadora. Marcuse, em sua obra *Eros e Civilização*, acredita

que a oportunidade do/a reprimido/a em buscar a liberdade colabora para a que “torne-se um sujeito consciente, pensante, equipado para uma racionalidade que lhe é imposta de fora” (MARCUSE, 1981, p.34). Portanto, compreender a importância da educação, segundo Marcuse, se refere a buscar uma atividade docente capaz de ir além do que se é artificialmente projetado. Ou seja, ir além das necessidades exteriormente criadas a fim de superar a coisificação que se faz no estabelecimento das relações, sejam sociais quanto afetivas, através de uma educação crítica de sua realidade.

Dentro da pedagogia crítica não podemos deixar de lado a contribuição do Paulo Freire, como nas obras “Pedagogia do Oprimido” (1987) e “Educação como prática de liberdade” (1999). A ideia principal que o grande pensador brasileiro trouxe como contribuição para esta área da pedagogia é o fato de que o(a) educador(a) deve procurar emancipar o aluno, sendo uma ferramenta principal na interação aluno(a) para com a transformação social. O(a) docente deve estar ciente da importância que tem como problematizador da realidade.

Para Cabezudo (2014, p. 301, 302), os estudos em direitos humanos precisam abordar questões emergentes da própria realidade dos(as) discentes (análise micro), então prosseguindo-se para estudos de análise complexas (macro análise). Desta forma, o(a) aluno(a) ganha interesse com os estudos dentro de algo que está próximo de sua realidade para então aprofundar seus estudos. É esta a abordagem pedagógica que Cabezudo propõe dentro da área da educação em Direitos Humanos.

De acordo com o Carbonari (2010, p.184), os estudos em Direitos Humanos demandam que quem esteja envolvida/o no processo esteja “dentro das dinâmicas que abre”, ou seja, envolvidas/os no processo como um todo. Para o autor, se a educação não estiver sentido transformador, ela perde completamente seu sentido:

(...) não significa que a educação em direitos humanos, por si, seja capaz de promover todas as necessárias transformações na cultura; significa apenas que, sem que seja transformadora, perderá seu sentido e pode perfeitamente ser dispensada. (CARBONARI, 2010, p.184)

Portanto, a pedagogia crítica traz esta abordagem fundamental dentro do ensino em direitos humanos. Deve-se trazer algo próximo da realidade sem que se perca o potencial transformador que é a essência da educação. Assim, seguindo-se a proposta de Candau e Sacavino (2010) sobre como o ensino em direitos humanos deve ser feito de forma a atingir o seu poder transformador, este artigo pretende esmiuçar a potência da prática em educação em Direitos Humanos.

3 | BREVE DEBATE: FEMINISMOS, DIREITOS DAS MULHERES, EDUCAÇÃO E GÊNERO

Ao longo da história, as mulheres conquistaram seu espaço em áreas como na educação, no trabalho remunerado e na política, mas há ainda muito a se discutir no que

tange reais conquistas, desde equiparação social até o combate às formas de violência. Existem várias vertentes e linhas do feminismo, mas, segundo Biroli e Miguel:

O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão na esfera pública. Assim, no mundo ocidental, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa. (BIROLI e MIGUEL, 2014, p.19-20).

Assim, o feminismo pode ser definido em diversas vertentes e linhas. A autora Mary Wollstonecraft, por exemplo, é considerada uma das fundadoras do feminismo, principalmente após a publicação do livro *Uma reivindicação dos direitos da mulher* em 1792. As principais reivindicações desta fase eram o direito ao voto, igualdade no casamento e o direito a educação. Mais adiante surgiram tanto a vertente liberal quanto diversas de origem marxista, como resumem Biroli e Miguel (2014). O livro *O Segundo Sexo* de Simone Beauvoir é considerado por muitos como o livro que abriu espaço para a discussão do feminismo e o *slogan* “o pessoal é político”, que ganhou força na década de 60 nos Estados Unidos. Podemos também destacar nesta época a escritora Betty Friedan que abriu o debate sobre a infantilização a qual as mulheres são submetidas no seu livro *A mística feminina*. Por isso utilizamos o termo feminismos (no plural), porque a cada vertente cabe um contexto histórico.

Beauvoir também contribuiu profundamente para a concepção do termo gênero, introduzindo a ideia de combate às “diferenças entre os sexos” histórica e socialmente estabelecidas, ao definir que:

A mulher não é definida nem por seus hormônios nem por seus instintos misteriosos, mas pela maneira pela qual ela recupera, por meio das consciências alheias, seu corpo e sua relação com o mundo. (Beauvoir, v. II, p. 16).

No Brasil, as mulheres começaram a ganhar mais espaço no século XX e, como prova, a participação das mulheres na docência foi tido como algo naturalmente “feminino”, pois era uma das poucas profissões socialmente “admitidas” para elas, muitas vezes acompanhada por uma concepção de ensino religioso. Segundo Almeida e Soares

No Brasil, nas primeiras décadas dos anos noventa, o magistério primário se estruturava como a única possibilidade de profissionalização feminina e as escolas normais se alicerçavam como centros de excelência e irradiadores de cultura. Quando procurados pelas moças, os cursos exigiam que se apresentasse autorização do pai ou do marido no ato da matrícula, além da necessidade de reputação ilibada dos/as candidatos/as. (ALMEIDA e SOARES, 2012, p. 561).

No que tange a área da educação, somente em 1961 “(...)através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB –, foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares” (BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 130).

Podemos destacar a lei nº 9.100/95, que busca solução para o problema da participação feminina no poder, como também a lei nº 9.504/97, (cujo artigo 107, § 3º, define o mínimo de 30% e o máximo de 70% de representantes de cada sexo para cada partido ou coligação). A criação da Secretaria das Mulheres em 2003, com status de ministério também merece atenção quando discutimos as conquistas do Estado ao trabalhar em questões de igualdade de gênero,

No que tange o combate à violência contra a mulher a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, tem auxiliado o poder jurídico na defesa das mais variadas formas de agressão. Em consonância, cabe destacar a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como a Lei do Feminicídio, e, em 2017, o responsável pelo crime foi condenado por homicídio qualificado, com o feminicídio entre as principais causas de aumento de pena.

Desta forma, cabe aos docentes, em trabalho conjunto com os/as discentes, buscar formas de combater as desigualdades de gênero, ao utilizar as diversas formas de feminismos e os mecanismos que as Diretrizes Curriculares Nacionais como ferramentas.

4 | METODOLOGIA

Esta pesquisa, do tipo exploratória, elaborou uma revisão bibliográfica de artigos ao considerar os seguintes aspectos: artigo aprovado entre janeiro de 2007 a junho de 2017; versando sobre o Brasil; idioma português brasileiro. Quanto a avaliação qualitativa, para poder ser considerado como relevante para a pesquisa, deu-se prioridade a artigos: 1) demonstrassem estudos estritamente relacionados com o ensino de nível superior; 2) tratasse de temas sobre discentes ou docentes no que tange o campo do estudo sobre a questão da qualidade de vida da mulher; 3) debatesse sobre técnicas de ensino.

Ao digitar os descritores “Ensino Superior Mulheres” no campo de pesquisa disponível no *Scielo*, e selecionando apenas publicações no Brasil, retornando 107 artigos. Ao utilizar os filtros de forma a apenas aparecer na pesquisa os artigos em português, no Brasil, e publicados de 2007 adiante, a busca reduziu para 90 artigos. Destes, ao utilizar os critérios qualitativos dos artigos, foram selecionados o total de 18 artigos relevantes para esta análise proposta. O mesmo procedimento foi utilizado com os seguintes descritores: “Educação e Mulheres”; “Ensino Superior e Direitos Humanos”; e “Educação e Direitos Humanos”. Para o primeiro descritor, com os filtros ativos, 542 artigos apareceram e foram selecionados 20; para o segundo, apareceram 6 artigos e destes apenas 2 para análise; para o último, dos 96 artigos que apareceram sobraram apenas 7 cujo tema correspondia a proposta.

Cabe destacar que, quando digitado “ensino superior e mulheres” e “ensino superior mulher”, a busca para a segunda opção (com o termo “mulher” no singular) retornou apenas 25 publicações (utilizando-se os filtros de língua, país e ano); no entanto, quando

digitado “Educação e Mulheres” em comparação com “Educação Mulher”, a primeira busca retornou 542 enquanto a segunda retornou 188. Por isto, se optou por também analisar qualitativamente os artigos que retornaram a partir da busca “educação e mulher”. Neste caso, foram selecionados 17 artigos para análise. Também é importante destacar o fato de que a palavra educação foi colocada na busca todas as vezes sem a letra cedilha e o acento fonético til.

Portanto, do total de 852 analisados, apenas 64 artigos atenderam os quesitos de tratam sobre ensino superior, técnicas de docência ou estudos envolvendo discentes, no que tange os direitos humanos em defesa dos direitos da mulher.

Para a análise quantitativa, os seguintes elementos foram categorizados: ano de publicação do artigo; gênero dos(as) autores(as) dos artigos (consultando-se o banco de dados de currículos do *lattes*); palavras-chave utilizadas.

Após a seleção, fichamentos das obras selecionadas foram elaborados, de forma a facilitar a divisão dos textos em categorias, dinamizando a consulta. Os fichamentos mostraram-se fundamentais dada a capacidade de identificar as ideias de cada autor/a de forma a perceber semelhanças e diferenças.

5 | ANÁLISE DOS DADOS

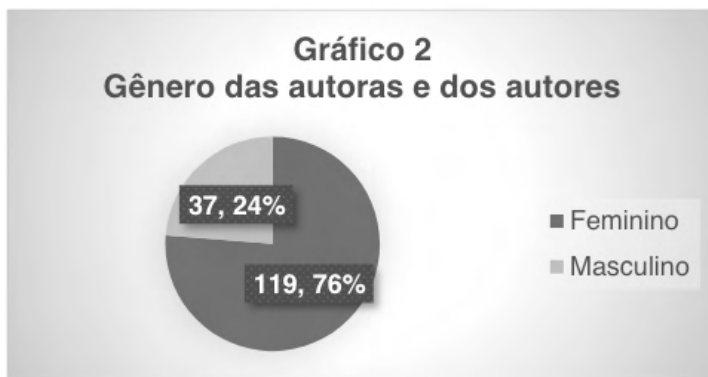
O primeiro dado relevante para análise quantitativa é o levantamento de artigo de acordo com a publicação deles, como segue no quadro abaixo:



Fonte: dados de pesquisa (2017).

Como pode-se perceber, o ano com maior número de publicações foi o de 2008, com 11 publicações, enquanto o de 2013 foi o de menor quantidade, apenas com um artigo publicado. O ano de 2017, por ser o ano corrente desta análise e por ter sido apenas considerada publicações até o mês de junho, apresentou uma relevante quantidade, visto que foram publicados 4 artigos. Não é possível estabelecer qualquer tipo de relação com

aumento ou diminuição dos artigos, pois não é possível afirmar que houve um crescimento de publicações ao longo dos anos. A média de publicações ao longo dos anos é de 5,82, portanto, se considerarmos que a média é de 6 artigos, podemos dizer que os anos de 2008, 2010, 2011, 2012, 2014, 2015 e 2016 atingiram esta média enquanto os anos de 2007, 2009, 2013 não atingiram e 2017 ainda pode atingir.



Fonte: dados de pesquisa (2017).

Do levantamento do gênero das autoras e dos autores, pode-se constatar que a produção foi feita majoritariamente por autoras, representando 76% da autoria, comparado a 24% dos homens que produziram dentro do que é analisado neste artigo.

Quanto as palavras-chave dos 64 artigos apareceram 251 termos, os quais seguem abaixo:

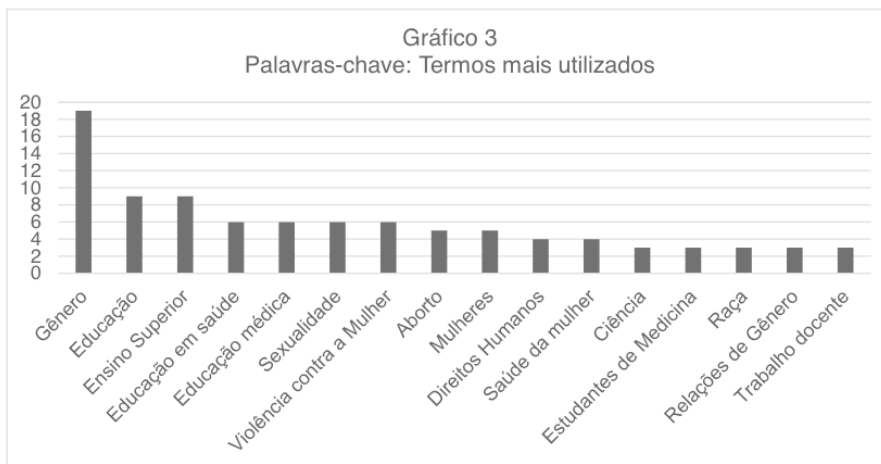
Aborto; Abuso Sexual; Academia; Ação Afirmativa; Adaptação à Universidade; Advogados; Agente Comunitário de Saúde; Amamentação; Anencefalia; Aprendizado Baseado em Problemas; Aptidão; Arte; Artistas Mulheres; Assimetria; Atenção à Saúde; Avaliação Educacional; Brasil; Camadas Populares; CAPES; Cátedra; Centro Médicos Acadêmicos; Cidadania; Ciência; Ciências Agrárias; Classe; Classe Social; Coeducação; Comportamento de Ataque; Computação; Conhecimentos, Atitudes e Práticas em Saúde; Construcionismo Social; Corpo; Desenvolvimento Profissional, Desenvolvimento Psicosssexual; Diferença; Diferença Sexual; Direito; Direitos Humanos; Direitos Reprodutivos; Diretrizes Curriculares Nacionais; Discurso Educacional; Diversidade Sexual; Docência e Relações de Gênero; Docência Feminina; Docentes Universitários/as; Doutorado; Educação; Educação de Pós-graduação em Enfermagem; Educação e Raça; Educação em Direitos Humanos; Educação em Enfermagem; Educação em Saúde; Educação Formal; Educação Médica; Educação Médica/Ética; Educação no Brasil; Educação Popular em Saúde; Educação Superior; Educadores; Enfermagem; Ensino da Psicologia; Ensino Superior; EPT; Escola; Escolarização; Escolas; Estresse; Estudantes; Estudantes de Medicina; Exclusão; Feminilidade; Feminização do Magistério; Física; Formação de Professores; Formação de Gênero; Fundação Oswaldo Cruz; Gênero; Gênero e Ciência; Gênero e Saúde; Geração; História da Ciência; História da Enfermagem; Historiografia; Igualdade de Gênero; Igualdade de Oportunidades; Jogos de Vídeo; Justiça; Justiça Social; Juventude; Legislação Educacional; Levantamento Bibliográfico; Literatura; Mapeamento; Memória; Mercado de Trabalho; Movimentos Sociais; Mulher; Mulheres; Mulheres de Nível Universitário; Narrativas; Negras; Neorracismo; ODMs; Pedagogia; Pesquisa Ação; Pesquisa em Enfermagem; Pesquisas; Planos de Educação; Poder; Política Curricular; Políticas Educacionais Globais; Políticas Públicas; Pós-Graduação; Produção Científica Feminina; Professor; Professoras Universitárias;

Profissão; Profissionais de Saúde; Programa de Saúde da Família; Promoção de Saúde; Promoção em Saúde; Psicanálise; Psicologia do Adolescente; Psicologia Escolar; Psicologia Social; Psicólogos; Qualidade; Qualificação; Raça; Racismo; Recursos Humanos em Saúde; Relações de Gênero, Relações de Trabalho; Relações Raciais; Saúde da Família; Saúde da Mulher; Saúde Reprodutiva; Século 19; Sexismo; Sexo; Sexualidade; Sindicalismo Docente; Sistema de Ensino; Socialização Antecipatória; Teologia Católica; Teses e Dissertações; Trabalho Docente; Trabalho Feminino; Trajetória; Trajetória Acadêmica; Trajetórias; Tríplíce Jornada de Trabalho; Universidade; Violência; Violência Contra a Mulher; Violência de Gênero.

Fonte: dados de pesquisa (2017).

Destes termos, cabe explicar o significado dos seguintes: CAPES, que faz referência à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação vinculada do Ministério da Educação (MEC, 2017) “desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação”; e as siglas EPT – Educação para todos – e ODMs - Objetivos de desenvolvimento do milênio –, que são utilizados no artigo “Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina” de Stromquist (2007, p.15), que é um dos artigos do levantamento bibliográfico.

A tabela a seguir ilustra os termos que apareceram mais de duas vezes.



Fonte: dados de pesquisa (2017).

Portanto, a palavra-chave mais utilizadas nos 64 artigos analisados foi o termo “Gênero”, aparecendo em 19 artigos, seguido pelos termos “Educação” e “Ensino Superior”, que aparecem em 9 artigos. Cabe destacar que os termos “Educação em Saúde”, “Educação Médica”, “Saúde da Mulher” e “Estudantes de Medicina” são termos que versam dentro da área da saúde, o que demonstra uma maior tendência desta área em apresentar artigos de docência no ensino superior de direitos humanos em defesa dos direitos das mulheres. Dos 16 termos mais utilizados, os da área da saúde representam um quarto do total (4 de 16).

Ao analisar os artigos, pode-se perceber que a área de ensino mais recorrente foi o da saúde (englobando medicina e enfermagem), no total de 14 artigos. A segunda área com mais artigos foi a da pedagogia, com 3 artigos versando exclusivamente sobre o tema debatido neste artigo exclusivamente sobre docentes e discentes desta área. Cabe ainda destacar que outras áreas de ensino são abordadas, como Matemática, Letras, Biologia, História, Geografia, Filosofia, Artes Visuais, Ciências Sociais, Ciências Agrárias, Computação, Direito, Psicologia Escolar, Engenharia e Teologia. Cabe destacar o artigo *Jogos para Capacitação de Profissionais de Saúde na Atenção à Violência de Gênero*, por ele tratar sobre a técnica de ensino utilizando *Serious Games* (SG) para a qualificação das práticas profissionais, configurando novas técnicas de aprendizado.

Quanto ao objeto de análise, percebe-se um equilíbrio, visto que 30 artigos versavam sobre questões dos discentes enquanto 29 sobre docência, sendo um deles exclusivamente tratando sobre a docência feminina (o artigo *Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”* da autora Neiva Furlin, 2016). Ademais, tornou-se possível dividir os artigos levantados em dois grandes grupos: os que tratam diretamente da questão das mulheres como docentes ou discentes no ensino superior e os reflexos sociais, econômicos e culturais resultantes; e os artigos que versam sobre técnicas de pedagogia no que tange o ensino em direitos humanos. No primeiro grupo pode-se separar 38 artigos enquanto no segundo apenas 25, demonstrando uma quantidade menor de artigos versando sobre a área da pedagogia no que tange técnicas de ensino.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos a quantidade de artigos publicados, podemos perceber o quanto que ainda precisa-se investir nesta área. São assuntos importantes para o ambiente universitário e a mídia, de 6 publicações por anos, ainda é muito baixa. Por outro lado, a autoria, por ser majoritariamente feminina, demonstra um avanço da área, resultado de um verdadeiro crescimento da atuação de mulheres em produções acadêmica e maior especialização de carreira. Mas a análise não deve ser apenas superficial, visto que, segundo o artigo que consta no levantamento bibliográfico de Rodrigues e Guimarães (2016), tal fenômeno merece maior estudo aprofundado, pois quanto mais for produzido pelo gênero e para o gênero feminino, mais oportunidades poderão ser criadas tanto na área profissional e nas tomadas de decisões.

Portanto, mesmo que quantitativamente o número de autoras mulheres supere o de autores do gênero masculino, não há nada que indica uma real ascensão de carreira. Seria necessária uma análise a partir dos dados levantados para averiguar real significado de tal número levantado por esta pesquisa.

Quanto ao fato de a palavra-chave mais utilizada nos artigos ser o termo “gênero”, caberia uma nova pesquisa em cima dos artigos dos artigos que o utilizaram de forma a

analisar se ele está sendo utilizado da maneira que Carvalho e Rabay (2015) definem como sendo a definição livre de compreensão errônea.

Com a análise qualitativa dos artigos tornou-se possível constatar algo alarmante no que tange à docência em direitos humanos no ensino superior, visto que pouco se produz dentro da área da pedagogia em si, destacando-se a alta produção de artigos dentro da área da saúde. Compreende-se que esta área tenha maior produção visto que estão diretamente vinculados ao tratamento em caso de abuso ou violência, ou até mesmo sobre a discussão do aborto. Desta forma, este artigo conclui que se é necessária uma maior discussão sobre direitos humanos e os direitos das mulheres nos cursos de ensino superior, de forma a instigar uma maior produção acadêmica nesta área.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, Luana Rodrigues de; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; MACHADO, Liliane dos Santos. Jogos para capacitação de profissionais de saúde na atenção à violência de gênero. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 110-119, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022013000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de Ago. de 2017.

ALMEIDA, Jane Soares de; SOARES, Marisa. Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Memórias de professoras do Ensino Superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2012, v. 17, n. 2 [Acessado 26 Maio 2022], pp. 557-580. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772012000200013>>. Epub 23 Jul 2012. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772012000200013>.

BBC Brasil. ONU Cita Lei Maria da Penha como Pioneira na defesa da mulher. Brasília, 6 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110706_onu_mulher_relatorio_rp.shtml>. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **Le deuxième sexe** (Paris, Gallimard, 1949).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, Abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de Set. de 2017.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. Lei nº. 13.104, de 9 de março de 2015. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Presidência da República, Brasília, 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 de Ago. de 2017.

_____. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <<http://new.netica.org.br/prevencao/cartilha/plano-educdh.pdf>>. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

_____. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Presidência da República, Brasília, 30 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

_____. Lei n. 9.100 de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 29 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

CABEZUDO, Alicia. Educación para la paz: una construcción de la memoria, la verdad y la justicia. Desafío pedagógico de nuestro tiempo em América Latina In: RODINO, Ana M.; TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ, Mônica B.; ZENAIDE, Maria Nazaré (Orgs.). **Cultura e Educação em Direitos Humanos na América Latina**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2014.

CANDAU, Vera M. F. e SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, Lúcia de F. G; ZENAIDE, Maria de Nazaré; DIAS, Adelaide A. (Orgs.) **Direitos Humanos na Educação Superior**: subsídios para a educação em direitos humanos na Pedagogia. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.

CARBONARI, Paulo C. Sujeito de direitos humanos: questões abertas em construção. In: SILVEIRA, Rosa G. et al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, Abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2015000100119&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de Jul. de 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIEDAN, Betty. **The Female Mystique**. Nova York, Norton, 2001 [1963].

FURLIN, Neiva. **Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”**. Cad. Pagu. 2016, n.48. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332016000300504&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 de Set. de 2017.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em < http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf >. Acesso em: 25 de Jul. de 2017.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Ministério da Educação, CAPES. **Competências**. Brasília, 25 de julho de 2017. Disponível em < <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias> >

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: < http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf >. Acesso em: 13 de Ago. de 2017.

ONU Mulheres. **Progress of the World's Women in pursuit of Justice**. 2011-2012. Nova York, 2011. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/ProgressOfTheWorldsWomen-2011-en.pdf> >. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.

RAMOS, Aura Helena. Educação em Direitos Humanos: local da diferença. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 191-213, Abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de Ago. de 2017.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; GUIMARAES, Maria Cristina Soares. **A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa**. Cad. Pagu, Campinas, n. 46, p. 197-222, Abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000100197&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 25 de julho de 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11 ed. Campinas: Editores Associados, 1996.

_____. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

STROMQUIST, Nelly P.. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 13-25, Abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de Jul. de 2017.

WAILSELFIZS, Julio. **Mapa da Violência**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 24 de Abr. de 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Inglaterra, 1792. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à justiça 101, 221, 222, 223, 224, 226, 229, 230, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 397, 405, 408, 409, 417, 421, 430, 434, 436

Adoção 8, 109, 111, 120, 121, 128, 129, 184, 224, 242, 244, 281, 282, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 319, 339, 376, 416, 418, 423, 430, 432

Alienação parental 317, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 328, 329, 330, 331, 332, 333

Alimentos avoengos 298, 299, 300, 302, 303, 304

Arrematação judicial 355, 356, 363, 364

Arrendamento rural 370, 371, 372, 373, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395

Ativismo judicial 3, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 102

C

Constituição 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 61, 62, 75, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 111, 112, 114, 115, 116, 120, 122, 124, 125, 138, 140, 148, 149, 151, 153, 169, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 206, 207, 208, 213, 215, 218, 219, 222, 224, 232, 233, 235, 236, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 250, 256, 257, 260, 267, 268, 270, 272, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 287, 289, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 305, 311, 318, 319, 323, 332, 336, 341, 344, 346, 347, 349, 354, 368, 373, 377, 384, 392, 394, 408, 417, 420, 421, 423, 425, 431, 433

Contrato 18, 30, 98, 228, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 292, 358, 359, 360, 363, 370, 371, 372, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 395, 400, 403, 429

D

Demandas repetitivas 234, 396, 397, 398, 399, 400, 402, 405, 408, 409, 410, 412, 413

Democracia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 53, 68, 81, 83, 85, 87, 90, 91, 125, 134, 137, 169, 194, 197, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 248, 415

Direito 1, 2, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 41, 50, 52, 53, 55, 56, 58, 61, 65, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 161, 163, 169, 171, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 188, 191, 192, 195, 197, 198, 207, 208,

209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 277, 278, 279, 282, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 297, 298, 305, 306, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 340, 341, 342, 343, 344, 346, 347, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 425, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437

Direito Civil 12, 260, 261, 265, 267, 272, 297, 298, 336, 341, 343, 344, 346, 354, 357, 359, 360, 364, 368, 369, 375, 394, 395, 437

Direito Constitucional 11, 12, 14, 22, 29, 30, 78, 84, 94, 102, 122, 123, 178, 183, 197, 219, 220, 226, 238, 316, 374, 415, 431, 435, 437

Direito processual civil 122, 237, 238, 334, 340, 344, 362, 394, 395, 415

Direitos da criança 198, 323

Direitos da mulher 148, 150, 152, 154, 158, 160, 166, 169, 171, 179

Direitos e deveres individuais e coletivos 17, 69, 71

Direitos Humanos 1, 6, 9, 11, 12, 19, 20, 60, 65, 66, 74, 92, 94, 95, 96, 101, 103, 115, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 152, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 186, 200, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 233, 237, 241, 246, 254, 285, 395, 425, 431, 432, 437

E

Educação 9, 10, 35, 97, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 171, 200, 201, 202, 203, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 232, 235, 236, 238, 243, 272, 278, 280, 287, 299, 302, 336, 344, 406, 419, 437

F

Função social 93, 209, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 287, 347, 357, 359, 360, 373, 374, 375, 377, 380, 384

J

Judicialização da saúde 89, 92, 100

L

Liberdade de expressão 8, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 212, 268

M

Movimentos separatistas 181, 182, 183, 186, 191, 195

Multipropriedade 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353

P

Padrões decisórios 415

Perdão político 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65

Práxis 40, 123

Presidencialismo de coalizão 31, 33, 34, 35, 52, 53

R

Responsabilidade Civil 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 274, 275, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 297, 341

T


Turismo reprodutivo 167, 172, 173, 177, 178

U

Usucapião 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


O DIREITO


e sua práxis



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

O DIREITO

e sua práxis

 **Atena**
Editora
Ano 2022